

## Governo federal vende imóvel onde funcionou o Hospital Álvaro Alvim de Porto Alegre (RS)

Sem uso desde 2010, ativo foi arrematado por R\$ 17,5 milhões

O imóvel conhecido como Hospital Álvaro Alvim de Porto Alegre foi vendido nesta quarta-feira (27/04) por R\$ 17,5 milhões. O certame foi realizado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME). O ativo vinha gerando um custo de manutenção da ordem de R\$ 600 mil por ano. Adquirido pela Empresa Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A, o bem é localizado na Rua Professor Álvaro Alvim, 400, bairro Rio Branco, em Porto Alegre (RS).

Inicialmente avaliado em 23 milhões, o imóvel foi ofertado por 17,2 milhões, depois de ter ido a leilão público deserto em março deste ano. O desconto foi possível graças à Lei nº 9.636, de 1998, que autoriza o desconto de 25% sobre o valor de avaliação na hipótese de concorrência ou leilão público deserto. Os recursos diretos da venda irão para o caixa da União, gerando receita para projetos públicos federais.

Sem uso efetivo desde 2010, quando foi adjudicado para a União, o imóvel foi a sede do Hospital Álvaro Alvim de Porto Alegre por cerca de 10 anos. Entretanto, o hospital utilizava apenas 10% da estrutura do imóvel. Devolvido à União em 2021, quando o município de Porto Alegre não se interessou pela possível cedência devido à má condição física do ativo, o prédio vinha gerando à União um custo de manutenção da ordem de R\$ 600 mil por ano.

Para a secretária do Patrimônio da União, Fabiana Rodopoulos, a alienação de imóveis é



importante, mas os impactos dessa venda têm efeitos diretos e indiretos muito mais importantes para a região. “Ganha a cidade de Porto Alegre com a geração e empregos diretos na construção civil. A União deixará de arcar com o custo de manutenção anual, a prefeitura de Porto Alegre se beneficiará de impostos diretos com IPTU e ISS e teremos a dinamização da economia local”, afirmou. “Além disso, a população se beneficiará com a

revitalização de área nobre da cidade, reforçando a sensação de segurança na região. E com isso quem ganha é o Brasil”, arrematou.

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, comemorou o fato de a empresa vencedora do certame ser genuinamente gaúcha. “Espero que a empresa Melnick cuide do ativo e que possa promover o desenvolvimento do município e o maior cuidado com a população que habita a localidade”, disse.

A alienação do bem atende ao anseio da sociedade a partir da gestão eficiente do patrimônio da União. Com a racionalização do uso dos imóveis da administração pública federal, são mantidos como patrimônio imobiliário apenas os imóveis necessários para fornecer os serviços para a sociedade e que os órgãos

## Arrecadação federal atingiu R\$ 164,147 bilhões em março

Houve acréscimo (IPCA) de 6,92% em relação ao mesmo período de 2021, no melhor desempenho desde 1995, tanto para o mês quanto para o trimestre

A arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em março de 2022, o valor de R\$ 164,147 bilhões, registrando acréscimo real de 6,92% em relação a março de 2021 (considerando valores corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA). No acumulado de janeiro a março de 2022, a arrecadação federal alcançou R\$ 548,132 bilhões, representando um acréscimo real de 11,08%.

É o melhor desempenho arrecadatório desde 1995, tanto para o mês de março quanto para o bimestre. Os números foram divulgados nesta quinta-feira (28/4) em entrevista coletiva promovida pela Secretaria Especial da Receita Federal (SRF) do Ministério da Economia.

Considerando somente as Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado em março de 2022 foi de R\$ 158,650 bilhões, representando um acréscimo real (IPCA) de 5,89%. No



acumulado de janeiro a março de 2022, a arrecadação das Receitas Administradas pela RFB alcançou R\$ 519,352 bilhões, registrando alta real de 8,85%.

# DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

## Governo Federal entrega quase 30 mil títulos de terra para produtores do Pará

Só neste mês, o Governo Federal realizou a entrega de 99 mil títulos em todo o Brasil

**P**residente da República, Jair Bolsonaro, fez a entrega de quase 30 mil títulos de propriedade rural para famílias de agricultores de assentamentos e glebas públicas federais do estado do Pará. O evento foi realizado na manhã desta quinta-feira (28/04), em Paragominas, no sudeste do estado.

A ação faz parte da Campanha Abril Verde e Amarelo, lançada pelo Governo Federal, e que já contemplou famílias de 91 municípios paraenses. Este foi o maior número de títulos concedidos durante a campanha.

Os agricultores beneficiados vivem em 87 glebas federais e 755 assentamentos. Entre os que receberam o título de suas terras está Olímpia Cardoso Maciel, de 99 anos, que mora em uma gleba pública federal no município de Bujaru. Ela espera pelo título há mais de 50 anos.

Desde 2019, o Governo Federal já emitiu mais de 80 mil documentos, entre Contratos de Concessão de Uso e Títulos de Domínio (provisórios e definitivos), para agricultores do Pará.

Em discurso, o Presidente Jair Bolsonaro disse que a entrega do título faz com que as famílias se sintam donas daquela área e que, com isso, o poder público está levando dignidade para essas pessoas e as reconhecendo pelos seus trabalhos.

Além dos títulos, as famílias passam a contar com recursos por meio do Crédito Instalação. As linhas de financiamento garantem desde a fixação na área de reforma agrária até a estruturação de empreendimentos nessas comunidades. Só no Pará, os investimentos ultrapassaram R\$ 41,8 milhões desde 2019, beneficiando mais de 9 mil famílias.



Desse total, aproximadamente R\$ 7,7 milhões foram destinados à construção ou reforma de moradias em assentamentos paraenses.

Segundo o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Geraldo Melo Filho, no Pará vivem quase 300 mil famílias, em uma área de cerca de 30 milhões de hectares, distribuídas entre assentamentos e glebas, e que estão sujeitas às políticas de regularização fundiária do Governo Federal.

Em todo o Brasil, o Governo Federal já fez a entrega de 344.409 títulos de propriedades rurais nos últimos três anos.

Abril Verde e Amarelo

O Governo Federal iniciou neste mês a campanha Abril Verde e Amarelo, uma força-tarefa para garantir a titulação de terras a um grande número de famílias assentadas no país. Os títulos são concedidos pelo Incra, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Com o título, o produtor se torna o dono da terra, passa a ter acesso a

crédito rural para investir, assistência técnica, elimina intermediários e ganha independência e liberdade para o desenvolvimento de atividades produtivas em sua área.

Segundo o Incra, a titulação garante segurança jurídica aos assentados, movimenta a economia local e reduz os conflitos fundiários, grilagem de terras e desmatamento ilegal.

Neste mês já foram realizados eventos em João Pinheiro (MG), no dia 14 de abril, e Rio Verde, em Goiás, no dia 26.

Além do Pará, o Incra fez a entrega, nesta quinta-feira, de mais 52 mil títulos em outros 15 estados. Com isso, só neste mês, o Governo Federal realizou a entrega de 99 mil títulos em todo o Brasil.

**PARA ANUNCIAR**

**LIGUE**

**(81) 3224-6967**

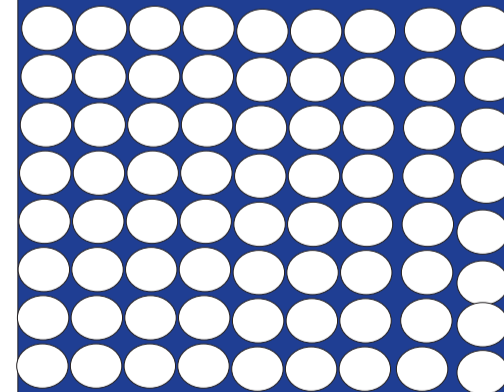
**(81) 3424-6967**

**(81) 3424-6989**

**(81) 99894-9401**

**WhatsApp:**

**(81) 98243-1429**



# DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

## Projeto de bolsistas do Pibid incentiva uso da bicicleta

Iniciativa de professores e alunos de Educação Física, em Minas Gerais, motiva as aulas e mostra os benefícios de pedalar

Em 2021, quando o ensino passou a acontecer de forma remota por causa da pandemia de COVID-19, professores de Monte Belo e Juruáia, no interior de Minas Gerais, perceberam um aumento do uso da bicicleta nas cidades e identificaram o potencial do veículo como conteúdo para suas aulas. A partir de discussões nos encontros do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), uma ação da CAPES para a formação de profissionais de educação, os participantes decidiram abordar o tema com os alunos do ensino fundamental.

A iniciativa nasceu em um grupo do PIBID do curso de Educação Física do campus de Muzambinho, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Os participantes criaram uma publicação virtual com aulas que tratavam de diversos aspectos da bicicleta: a história, os equipamentos de proteção, orientações para aprender a pedalar, benefícios da atividade e a importância do veículo para a saúde, a mobilidade urbana e o meio ambiente. "As aulas planejadas continuam, além da teoria, atividades pedagógicas, exercícios práticos e digitais", conta Fagner José Passos, professor e supervisor do programa.

Todo o desenvolvimento do trabalho teve a colaboração dos bolsistas do PIBID, que também aplicaram questionários para levantar o interesse dos alunos pelo tema. O resultado, chamado "Pedalando na Educação Física



Escolar – o percurso da Escola para a Sociedade", foi aceito pelas secretarias de educação dos municípios e produzido em formato digital e impresso. "Mais de 630 alunos nas duas cidades tiveram acesso ao material", conta Fagner Passos. Segundo o professor, o conteúdo foi elogiado pelos estudantes e suas famílias. "Os alunos relataram ter aprendido a andar de bicicleta a partir das atividades sugeridas e pediram a continuidade do projeto no retorno às aulas presenciais". O projeto alcançou também educadores que trabalham com crianças com deficiência.

A experiência foi apresentada em congressos e eventos de Educação e três pesquisas estão em andamento pelos beneficiários do Pibid. O projeto, desenvolvido em parceria com os bolsistas Maria Eduarda Franco Silva, Isabela Lambardozzi Garcia, Miryan Isis Miranda, Alex Vitor de Assis, Luiz Felipe Silva, Iago Oliveira Garroni de Souza e Arnaldo Sifuentes Pinheiro Leitão, também chegou à semifinal na 2ª edição do Prêmio Professor Transformador.

"Trazer para a escola, para a aula de Educação Física, um tema tão importante como o uso da bicicleta é uma peça

fundamental para discutir não somente o andar de bicicleta e motivar as pessoas a estarem ativas fisicamente, mas possibilitar novos significados e trazer um debate mais próximo das questões sociais", argumenta Fagner Passos. "Essa intervenção contribuiu para a formação dos bolsistas, no sentido de ampliar a diversidade de conteúdo na Educação Física Escolar e ampliar o seu leque de possibilidades para a área", acrescenta ele, que defende a criação de políticas públicas para que o incentivo continue nas comunidades e nas escolas.

O Pibid oferece aos alunos da primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano da escola. São 30 mil bolsistas em todo País. "Estar no Programa e receber o apoio foi fundamental para o desenvolvimento do projeto. Estreitamos os laços entre a universidade e a escola, mostrando, assim, a importância da manutenção do Programa", afirma o professor, bolsista de setembro de 2021 a março de 2022.

O investimento da CAPES por meio do Pibid, aliado ao empenho de professores, estudantes e suas famílias, é exemplo para o Dia da Educação, celebrado nesta quinta-feira, 28 de abril. A data foi estabelecida no Fórum Mundial da Educação, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O encontro — considerado um marco para o ensino global — aconteceu em Dakar, capital do Senegal, em 2000, com a participação de 164 países, incluindo o Brasil.

## No Dia Mundial da Educação, MEC reestabelece compromisso de atuar na recuperação das aprendizagens

É comemorado nesta quinta-feira (28) o Dia Mundial da Educação, uma data importante para o MEC, pois busca incentivar e conscientizar a população sobre a importância da educação, especialmente neste contexto de pandemia em que as atividades do Ministério estão focadas, entre outras ações, na recuperação das aprendizagens.

Essa data foi instituída no Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal, no ano 2000, em que líderes de 164 países, incluindo o Brasil, estiveram presentes e definiram juntos uma data que representasse um movimento pela educação mundial. O propósito era firmar o compromisso de levar a educação básica e secundária a todas as crianças e jovens do mundo até 2030. Para isso, essas nações assinaram um documento, nomeado "Marco de ação de Dakar, educação para todos: cumprindo nossos compromissos coletivos". O acordo tem sido seguido pelo MEC, suas secretarias e as instituições vinculadas, por meio de ações como programas e investimentos que buscam levar a educação a todo país.

"Nesta data, reforçamos a importância de incentivarmos a construção de valores essenciais para formar uma sociedade desenvolvida, justa e íntegra. Medidas estas somente possíveis com uma educação pública e privada de qualidade. Os impactos da pandemia em nossos estudantes foram severos e, neste dia, conchamo os gestores educacionais para o retorno presencial em todas instituições de ensino do país. O Governo Federal trabalha diariamente para garantir condições pedagógicas e tecnológicas para mitigarmos os impactos oriundos da crise sanitária", destaca o ministro da Educação, Victor Godoy.

A Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC, desde o início da pandemia da Covid-19, apoiou as redes estaduais e municipais de educação, seja com repasses de recursos, ações de formação oferecidas em ambientes virtuais de aprendizagem, políticas educacionais e disponibilização de ferramentas de tecnologia. A SEB aprimorou e criou plataformas para inserção e acompanhamento dos planejamentos das redes, como a Plataforma PDDE Interativo e a Plataforma +PNE, disponibilizou informações a fim de facilitar a tomada de decisões e para dar mais transparência aos recursos e às ações implementadas, por meio do Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia, da Sala de Situação da Educação Básica – Gestão e Governança e do Clique Escola.

O desafio de garantir a permanência e o pleno acesso de todos à educação de qualidade passou a ser reconhecido como agenda estratégica para o país pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988. Contudo, ainda existem desafios a serem trabalhados com o intuito de mitigar barreiras geradoras de desvantagens, impeditivas à efetivação e fruição dos direitos educacionais e sociais garantidos pela Carta Magna do país.

Nessa perspectiva, cabe à Secretaria de Modalidades Especiais (Semesp) a responsabilidade de promover o direito à educação das populações do campo, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombolas, das populações em situação de itinerância, dos povos e das comunidades tradicionais, bem como de aproximadamente 10 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de surdez e, ainda, do público da educação especial, composto por estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Assim, a Semesp possui no conjunto de suas atribuições o objetivo de mobilizar os sistemas educacionais para concretizar a educação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Considerando indispensável a garantia da igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, fomentando ações educacionais direcionadas à valorização das tradições culturais

# Saiba como é o processo de incorporação de um medicamento, equipamento e procedimento ao SUS

Avaliação é feita pela Conitec para que uma nova tecnologia seja ofertada na rede pública de saúde

**P**ara que um medicamento, procedimento ou equipamento faça parte do Sistema Único de Saúde (SUS) é necessária uma avaliação criteriosa antes de ser disponibilizado à população. A busca por melhores tecnologias em saúde leva em conta tanto as necessidades dos pacientes quanto as do sistema público de saúde.

A primeira etapa desse processo de avaliação começa com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O órgão faz uma avaliação de eficácia e segurança de um medicamento ou produto para a saúde visando à autorização de comercialização no Brasil. No caso de medicamentos, há ainda a etapa de definição de preços, feita pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

No entanto, para que essas tecnologias possam ser utilizadas na rede pública de saúde, além de receber o registro sanitário, elas precisam ser avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).



A Comissão é um órgão colegiado que assessora o Ministério da Saúde no processo de incorporação, exclusão ou alteração de medicamentos, procedimentos e equipamentos ofertados no SUS.

Além disso, a Conitec elabora ou altera os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico e tratamento de uma doença, com os medicamentos e demais produtos apropriados.

De acordo com a diretora da Secretaria-Executiva da Conitec, Vania Canuto, a avaliação das tecnologias em saúde pelo órgão protege o SUS e seus usuários.

“A avaliação da Conitec considera os benefícios e a segurança para os pacientes, em relação aos demais tratamentos ofertados no SUS, mas também a capacidade do sistema público para ofertá-las. Assim, garante que sejam incorporados tratamentos custo-efetivos, que atendam às necessidades da população, com bom uso dos

recursos disponíveis”, pontou.

A análise realizada pela Comissão considera a eficácia (como a tecnologia em saúde age no contexto de um estudo clínico), a segurança (se causa ou não malefícios à saúde), a efetividade (como ele age no contexto real) e o provável impacto social, legal, ético e econômico relativo à possível incorporação do medicamento, procedimento ou equipamento. Veja abaixo o fluxo de incorporação de medicamentos do SUS:



## Abertas as inscrições para curso introdutório em Pesquisa Clínica

Aulas serão on-line e irão abordar temas como bioética e boas práticas clínicas

**E**stão abertas as inscrições para o curso introdutório de pesquisa clínica. Disponível na modalidade on-line, o objetivo do curso é qualificar pesquisadores brasileiros para aprimorar a pesquisa clínica nacional. As inscrições são limitadas e serão encerradas no dia 4 de maio, às 14h.

Com início previsto para 29/6 e finalização em 23/8, as aulas são destinadas a estudantes de graduação, preferencialmente da área da saúde, profissionais graduados que atuam, preferencialmente, em pesquisa clínica e técnicos formados na área da saúde. Entre os módulos de aprendizagem, há temas como Bioética e Boas Práticas Clínicas.

A qualificação integra uma parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC), por meio do



Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), e oferece aulas autoinstrucionais com carga horária total de 16 horas.

O compromisso de qualificar pesquisadores brasileiros para aprimorar a pesquisa clínica nacional foi formalizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos (Sctie) no Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil, elaborado em 2020.

Inscreva-se!

Cronograma de aulas

Aula Tema

Aula Introdutória Introdução à Pesquisa Clínica

- Aula 1 Fases da Pesquisa Clínica
- Aula 2 Boas Práticas Clínicas – BPC
- Aula 3 Bioética e TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)
- Aula 4 Regulamentação (CEP, CONEP, Plataforma Brasil, ANVISA)
- Aula 5 Cenários Selecionados em Pesquisa Clínica – Particularidades das pesquisas em: oncologia, pediatria e vacinas
- Aula 6 Carreira Profissional em Pesquisa Clínica

## Ministério do Turismo implementa sistema contra incêndio para proteger documentos públicos

Órgão é um dos precursores na instalação de tecnologia moderna para conservação de arquivos

**A** fim de preservar os documentos públicos mantidos nas dependências do Ministério do Turismo, a Pasta acaba de implementar um moderno sistema de prevenção e combate a incêndios nas salas ocupadas por arquivos.

O Sistema de Supressão de Incêndio é uma solução desenvolvida para prevenir e, quando necessário, extinguir incêndios sem uso de água ou produto que danifique os documentos. Além disso, a substância disparada em caso de fogo é inteiramente inofensiva para as pessoas que estiverem no local, com minimização do tempo de parada em sinistros e alta precisão.

“O MTur é um dos órgãos precursores a disponibilizar o que há de mais moderno dentre as tecnologias sustentáveis para proporcionar total segurança aos acervos documentais. Trabalhar com memória é tornar vivo o que já aconteceu, desta forma, nossa responsabilidade de preservar e viabilizar acesso aos documentos recebidos e produzidos pelo órgão é essencial”, ressaltou o ministro do Turismo, Carlos Brito.

Projetado especificamente para o setor de combate a incêndio, o sistema usa o Fluoroketone (FK-5-



1-12), que é um “agente limpo”, e realiza a extinção do incêndio por meio do efeito resfriamento, atuando como um gás fluido à temperatura ambiente, sendo seguro para seres vivos e não agressivo ao meio ambiente, com potencial zero de destruição da camada de ozônio.

O aparato é recomendado por diversas instituições

internacionais de combate a incêndio e é indicado para arquivos, museus, armazenamento de dados físicos, data centers, soluções militares, entre outros.

Em março, o Ministério do Turismo realizou treinamentos quanto ao uso e funcionamento do sistema junto às equipes de brigada, segurança e limpeza dos blocos B e U da Esplanada dos Ministérios, em

Brasília (DF), onde se encontram os arquivos do MTur e da Secretaria Especial da Cultura (Secult).

Os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, que compartilham os imóveis com o Ministério do Turismo, também contam com Sistemas de Supressão em suas áreas de arquivos, contribuindo para maior segurança das edificações dos órgãos.

A instalação, viabilizada por meio da Coordenação de Gestão Documental (CDOC), visa o cumprimento das determinações legais constantes no Inciso XXXIII do Art. 5º e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal, na Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e na Portaria nº 108, de 12 de julho de 2019, que institui o Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A CDOC também realiza atualmente o tratamento técnico arquivístico e a digitalização do acervo documental, ações que integram as atividades de implantação de políticas arquivísticas no âmbito do Mtur.

## Desempenho do turismo nacional reforça perspectivas de recuperação

Dados referentes ao faturamento de atividades da área e à procura por destinos brasileiros apontam avanços no setor, que conta com apoio do MTur em meio à pandemia

**D**ados de desempenho relacionados a diferentes segmentos do turismo nacional reforçam as perspectivas de recuperação do setor em meio à pandemia. Segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP), por exemplo, o ramo alcançou um faturamento total de R\$ 869 milhões no último mês de março, número apenas 2% inferior ao registrado no mesmo mês de 2019 (R\$ 890 milhões).

O resultado é atribuído a fatores como o fim de restrições devido à Covid-19, a partir do avanço da vacinação, além do retorno de viagens corporativas e de grandes eventos presenciais. O setor já havia acumulado receitas de R\$ 4,3 bilhões em 2021, uma alta de 18% na comparação com 2020. Conforme estudos da Abracorp, que analisam 11 setores do mercado, todos apresentaram aumentos em março, com destaque para serviços aéreos, hotéis e locação de automóveis.

O ministro do Turismo, Carlos Brito, avalia que os números evidenciam a contribuição de medidas adotadas pelo governo federal para apoiar o setor. “Recentemente, por exemplo, prorrogamos o prazo da lei sobre cancelamentos e remarcações nos setores de turismo, eventos e



cultura, o que favorece a manutenção de atividades. Sob a orientação do presidente Jair Messias Bolsonaro, seguimos atentos às necessidades do setor, a fim de proporcionar que voltemos o mais rapidamente possível aos níveis pré-pandemia”, ressaltou.

Uma pesquisa de abril da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) reforça o otimismo do setor. Conforme o levantamento, o ramo, que fechou 2021 com um faturamento 37% superior ao de 2020 (R\$ 19,2 bilhões), deslocamentos domésticos seguem liderando a retomada do turismo. O estudo mostra que, no primeiro trimestre deste ano, os destinos mais procurados foram São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Gramado, Fortaleza, Maceió, Porto de Galinhas e Salvador.

Outra mostra de recuperação se refere a fevereiro e foi apontada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FecomercioSP). Com base nos últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve alta de 17,8% no faturamento do turismo nacional (R\$ 13,2 bilhões) na comparação com o mesmo mês de 2021. Os avanços partiram de grupos como hospedagem e alimentação, com aumentos de 53,3% e 13,4%, respectivamente.

ESTRANGEIROS - Dados da Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) também revelam boas perspectivas quanto à chegada de estrangeiros ao país. Segundo a agência, com o retorno de celebrações religiosas e o Carnaval fora de época, entre outros fatores, mais de 530 mil visitantes internacionais ingressaram no Brasil no primeiro bimestre de 2022, conforme o Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal.

“Esses números demonstram que estamos no caminho certo para fortalecer ainda mais a retomada do turismo brasileiro. Nosso país é um dos melhores do mundo em termos de diversidade de destinos. Temos muito a oferecer aos visitantes de outros países e estamos trabalhando para mostrar todo nosso potencial”, destaca Silvio Nascimento, presidente da Embratur.